

ANÁLISE DE DENÚNCIA E O PLANEJAMENTO DA AUDITORIA INTERNA NO FNDE

CAMPOS GONÇALVES, Guilherme¹

ANTONOVZ, Tatiane²

RESUMO

A Auditoria Interna é responsável por auxiliar a administração no cumprimento de seu objetivo institucional, e possui extrema relevância nas instituições públicas, a exemplo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O FNDE é uma autarquia federal responsável pelo financiamento da educação pública no país. Esse financiamento ocorre mediante transferência de recursos (diretamente ou mediante convênio) aos entes da federação por meio de programas específicos voltados ao atendimento das políticas educacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação. Nesse contexto, é fundamental a existência de um controle interno eficiente para o acompanhamento do repasse desses recursos, bem como da execução dos programas a cargo da autarquia. Este artigo objetiva mostrar a importância do registro e análise das denúncias recebidas pela Auditoria Interna do FNDE acerca da má gestão dos recursos que financiam os programas educacionais sob a responsabilidade da autarquia, utilizando para tanto metodologia estatística baseada em dados de fiscalizações *in loco* nos estados e municípios, realizadas em 2013, e ainda dados relativos a denúncias e pedidos de fiscalização decorrentes da má aplicação dos recursos repassados pelo FNDE aos entes federativos.

Palavras-chave: Auditoria Interna. FNDE. Fiscalização. Denúncia. Educação.

1 INTRODUÇÃO

Conforme estabelecido pela Constituição Federal, a educação é um direito de todos e um dever do Estado. Nesse contexto, foi criado em 1968 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal responsável pelo financiamento da educação no país. O FNDE é responsável por gerir recursos financeiros da ordem de milhões de reais, e diante dessa dimensão faz-se indispensável a existência de um sistema de controle interno eficiente, responsável pela fiscalização dos programas a cargo da autarquia. Assim, surge a Auditoria

¹ Licenciado em Física – Universidade de Brasília. Aluno de MBA em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal FACINTER

² mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (2010). Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná (2005). Atualmente é Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Estácio de Curitiba.

Interna do FNDE, com a finalidade de prestar auxílio à administração no cumprimento de suas metas institucionais.

Este artigo tem como objetivo mostrar a importância do registro e análise das denúncias recebidas acerca da má aplicação dos recursos públicos na educação brasileira, que contribuem para um bom planejamento das atividades de auditoria a fim de auxiliar no cumprimento das metas institucionais do FNDE. Para tanto, foram utilizados os dados obtidos e analisados pelo setor em 2013, tais como: o quantitativo de denúncias e pedidos de fiscalização recebidos e analisados pela Auditoria Interna; e as fiscalizações realizadas ao longo do ano. Esses dados são trabalhados por profissionais com conhecimentos em estatística e são transformados em indicadores que subsidiam a elaboração do planejamento de auditoria para o exercício subsequente, priorizando as regiões com maiores incidências de denúncias e menos fiscalizadas nos últimos anos.

O presente artigo inicia-se com os conceitos de auditoria e auditoria interna. Posteriormente é apresentado o papel do FNDE no contexto educacional, bem como alguns dos programas mais fiscalizados pela Auditoria Interna do órgão. Por fim, serão apresentados os resultados dos trabalhos realizados pelo setor de auditoria no ano de 2013.

Importante destacar que esses dados aqui apresentados correspondem apenas aos trabalhos de fiscalização *in loco* nos estados e municípios acerca dos programas gerenciados pelo FNDE e as análises de denúncias/pedidos de fiscalização recebidos e analisados em 2013. A Auditoria Interna do órgão possui outras atribuições, tais como: sistema de controle no âmbito interno do FNDE; auditoria na área de recursos humanos; patrimônio imobiliário, dentre outras, que não serão tratadas neste artigo.

2 AUDITORIA

Não existe um conceito universal para o que vem a ser Auditoria. Ao realizar uma pesquisa com o intuito de se conceituar essa atividade, encontramos diversas definições que acabam privilegiando a Auditoria Interna ou a Auditoria Externa.

Crepaldi (2010, p. 15) define auditoria como “levantamento, estudo e avaliação

sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”.

Franco e Marra (2001, p. 26) conceituam auditoria como o “exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionadas com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes”.

A auditoria tem como objeto o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e a legitimidade dos atos da administração, bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais.

2.1 AUDITORIA INTERNA

A Auditoria surgiu pela necessidade de formação de uma opinião independente quanto à gestão do patrimônio de determinada entidade. Podemos dizer que a Auditoria Interna é uma atividade de avaliação independente, porém realizada por profissional ligado à empresa, e tem a finalidade de verificar as operações emitindo sobre elas uma opinião.

A NBC TI 01, norma de auditoria interna aprovada pela Resolução nº 686/03, do Conselho Federal de Contabilidade, estabelece que:

A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Conforme descrito, o CFC deixa claro que a Auditoria Interna deve avaliar processos, sistemas e controle, a fim de auxiliar a administração no cumprimento dos objetivos da entidade.

Outro destaque presente na NBC TI 01 está na afirmação de que a Auditoria Interna não é exercida apenas nas pessoas jurídicas de direito privado, mas também nas de direito público (interno ou externo).

Sobre a finalidade, ainda segundo a NBC TI 01, a Auditoria Interna deve agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não conformidades apontadas nos relatórios.

Em resumo, é atribuição da Auditoria Interna assessorar a administração da entidade, informando-a, sempre por escrito e de maneira reservada, quaisquer indícios de irregularidades detectadas no decorrer do trabalho.

2.2 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de novembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC).

Com a missão de prestar assistência técnica e financeira e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos, o FNDE se tornou parceiro dos 26 estados, do Distrito Federal e dos 5.565 municípios quando o assunto é a educação básica da rede pública brasileira.

Atualmente o orçamento da autarquia é de cerca de 31 bilhões de reais destinados ao financiamento da educação brasileira. Assim, considerando a importância da educação pública para o desenvolvimento do Brasil, bem como a quantidade de recursos financeiros sob sua responsabilidade, o FNDE destaca-se como o principal órgão de execução de políticas educacionais no país.

2.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS DO FNDE

Os repasses financeiros realizados pelo FNDE aos entes federados são divididos em constitucionais, automáticos e voluntários (por meio de convênios). Dentre os principais programas sob a responsabilidade da autarquia, e que são os maiores objetos de fiscalização pela Auditoria Interna, destacam-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar; o Caminho da Escola; o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar; e o Programa Dinheiro Direto na Escola.

2.3.1 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido popularmente como Merenda Escolar, tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. O FNDE transfere diretamente (sem necessidade de convênio) para contas correntes específicas para essa finalidade recursos financeiros, em caráter complementar, aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal para garantir a alimentação escolar de todos os alunos da educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e comunitárias conveniadas.

2.3.2 CAMINHO DA ESCOLA E PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR

O Programa Caminho da Escola, criado em 2007, tem como objetivos renovar a frota de veículos escolares. O governo federal, por meio do FNDE e em parceria com o Inmetro, oferece veículos com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes, e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira. O Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE), por sua vez, consiste na assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, DF e municípios para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, manutenção e combustível para o transporte escolar.

2.3.3 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do DF para a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas. Os recursos são

transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos extraídos do Censo Escolar do ano anterior ao repasse.

2.4 AUDITORIA INTERNA DO FNDE

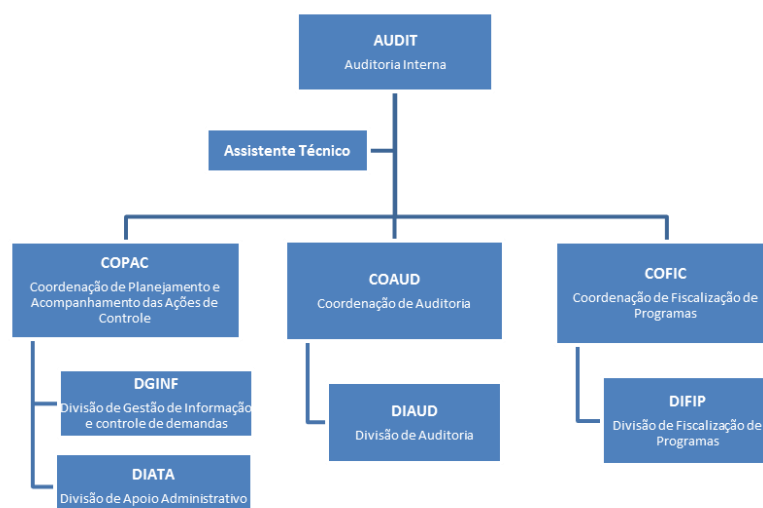
Diante da grandeza do FNDE no cenário nacional, e considerando o montante de recursos geridos pela autarquia, é fundamental que os sistemas de controle interno sejam eficientes. Nesse contexto, destaca-se o papel da Auditoria Interna do FNDE, que tem como principal meta auxiliar a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos institucionais.

De acordo com o Decreto nº 7.691/2012, que aprovou a Estrutura Regimental do FNDE, a Auditoria Interna é um órgão seccional que tem, entre suas atribuições, a competência de examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais da autarquia. Suas ações estão voltadas para subsidiar o Presidente e os Diretores do órgão com informações sobre as auditorias e demais ações de controle e seus resultados, com vistas ao aperfeiçoamento de procedimentos de controle e de gestão do FNDE.

2.4.1 ESTRUTURA DA AUDITORIA INTERNA DO FNDE

A Auditoria Interna do FNDE (AUDIT) desempenha suas ações de controle por meio de três coordenações, e sua estrutura está representada na figura abaixo:

Figura 1: Estrutura da Auditoria Interna do FNDE.



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A Coordenação de Planejamento e Acompanhamento das Ações de Controle (COPAC) é responsável pelo planejamento, avaliação e divulgação das ações da Auditoria Interna. A Coordenação de Auditoria (COAUD) tem como atribuição a realização das auditorias no âmbito interno das unidades administrativas do FNDE; e a Coordenação de Fiscalização de Programas (COFIC), por sua vez, é responsável pelas fiscalizações *in loco* em estados e municípios acerca da execução dos programas sob a responsabilidade do FNDE.

A AUDIT conta com uma força de trabalho de 70 colaboradores, sendo 36 servidores efetivos, 21 funcionários terceirizados e 13 estagiários. As atividades fins da Auditoria, sejam as auditorias no âmbito interno (também chamadas de auditorias operacionais), sejam as fiscalizações *in loco* em estados e municípios, são desempenhadas apenas pelos servidores efetivos.

Importante destacar que dentre os servidores da AUDIT, apenas 12 compõem a equipe responsável pelas fiscalizações *in loco* nos 26 estados, no Distrito Federal, e nos mais de 5.000 municípios brasileiros. Esse número é certamente insuficiente para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos transferidos pelo FNDE em todos os entes da federação, fazendo-se necessário um bom planejamento para priorizar os lugares mais críticos.

2.5 FISCALIZAÇÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS

A fiscalização de programas tem a finalidade de avaliar a gestão pública dos programas a cargo do FNDE e verificar a aplicação dos recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada e um determinado critério técnico, operacional ou legal.

As entidades a serem fiscalizadas durante o exercício são definidas pela Auditoria Interna tendo como critérios, dentre outros, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); a não existência de fiscalização prévia sobre o mesmo programa por órgãos de controle como a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU); a não realização de fiscalização na entidade pela AUDIT nos últimos três exercícios; e a quantidade de denúncias e irregularidades apontadas na região.

O planejamento das ações da AUDIT é consolidado pela COPAC num documento conhecido como Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT). O PAINT visa atender ao contido nas Instruções Normativas nº 07/2006-CGU e nº 01/2007-SFC, e é encaminhado à CGU para aprovação a cada ano, contendo o planejamento das atividades de auditoria interna previstas para o exercício subsequente.

Ao longo do exercício, após a aprovação do PAINT, chegam para análise na AUDIT denúncias/pedidos de fiscalização nos entes da federação acerca de irregularidades na aplicação de recursos públicos destinados à educação e transferidos pelo FNDE. Após análise da Auditoria Interna, mediante critérios técnicos objetivos, sendo constatada a veracidade, a relevância da denúncia, a urgência, bem como a capacidade operacional da área responsável pelos trabalhos em campo, são inseridas no planejamento a realização dessas fiscalizações. Destaca-se que essas denúncias/pedidos de fiscalização são provenientes tanto dos órgãos governamentais (Ministério Público, CGU, TCU, e outros), como de associações ou entidades de direito privado, ou ainda dos cidadãos em geral.

2.6 ANÁLISE DE DENÚNCIAS/PEDIDOS DE FISCALIZAÇÃO

A análise das denúncias/pedidos de fiscalização envolvendo os programas gerenciados pelo FNDE é feita pela COFIC. Essa análise é realizada segundo critérios de materialidade do fato e competência da unidade para o atendimento da demanda.

Nos casos em que é considerada necessária a realização de trabalho de fiscalização pela AUDIT, o assunto é submetido ao exame da COPAC, para avaliar a possibilidade de inclusão da demanda no planejamento anual, segundo critérios que nortearam a elaboração do referido Plano, bem como a capacidade operacional necessária para realização da atividade. As demandas inseridas no planejamento ao longo do exercício são denominadas Extra-PAINT.

A tabela abaixo detalha as denúncias/pedidos de fiscalização recebidos pela Auditoria Interna em 2013, separadas por estado da federação e por região. Observa-se uma maior ocorrência de denúncias em estados da região Nordeste, com cerca de 60%, liderados pelos estados da Bahia (16%) e do Maranhão (12%):

TABELA 1							
Número de Denúncias Analisadas pela AUDIT em 2013							
Região	UF	Denúncias por Estado			Janeiro a Dezembro		
		n	%	Média	n	%	Média
Nordeste	BA	39	16,18	3,25	140	58,09	11,67
	MA	30	12,45	2,50			
	PI	15	6,22	1,25			
	PE	13	5,39	1,08			
	RN	13	5,39	1,08			
	CE	11	4,56	0,92			
	PB	8	3,32	0,67			
	SE	8	3,32	0,67			
	AL	3	1,24	0,25			
Sudeste	SP	21	8,71	1,75	48	19,92	4,00
	MG	18	7,47	1,50			
	RJ	6	2,49	0,50			
	ES	3	1,24	0,25			
Norte	PA	19	7,88	1,58	41	17,01	3,42
	AM	9	3,73	0,75			
	TO	6	2,49	0,50			
	RO	4	1,66	0,33			
	AP	2	0,83	0,17			
	AC	1	0,41	0,08			
	RR	0	0,00	-			
Centro-oeste	MS	3	1,24	0,25	7	2,90	0,58
	GO	2	0,83	0,17			
	DF	1	0,41	0,08			
	MT	1	0,41	0,08			
Sul	PR	3	1,24	0,25	5	2,07	0,42
	RS	1	0,41	0,08			
	SC	1	0,41	0,08			
Total		241			20,08		

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Analisando os dados contidos na tabela acima, pode-se destacar um primeiro indicador para o planejamento das atividades da Auditoria Interna para 2014. Em virtude do elevado número de denúncias correspondentes à Região Nordeste do país, verifica-se (num primeiro momento) a necessidade de mais ações de controle nessa Região, em especial nos estados da Bahia e Maranhão. Caso os outros critérios e indicadores estabelecidos no planejamento também indiquem a Região Nordeste como prioritária, é feito um levantamento dos municípios já fiscalizados nesses estados, eliminando do planejamento aqueles que já foram alvos de ações pela Auditoria Interna nos últimos três anos.

Com relação aos programas gerenciados pelo FNDE, observa-se que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representa a maior parte das denúncias (28%), seguido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), com cerca de 18%. A tabela a seguir apresenta os programas que mais frequentemente constam como objeto de denúncias/pedidos de fiscalização tratados no âmbito da Auditoria Interna:

TABELA 2		
Quantidade de denúncias por programa		
Programa Objeto de Denúncia/Pedido de Fiscalização	n	%
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	76	27,84
Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério (FUNDEB)	50	18,32
Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE)	31	11,36
PROINFÂNCIA	31	11,36
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	26	9,52
CONVÊNIO	14	5,13
CAMINHO DA ESCOLA	8	2,93
Plano de Aceleração do Crescimento (PAC 2)	6	2,2
Sem especificação de Programa	6	2,2
Outros	25	9,16
Total	273	

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Importante destacar que o total de denúncias apresentado na Tabela 2 difere do total apresentado na Tabela 1 em razão de uma mesma denúncia apresentar, por vezes, vários programas distintos. Além disso, frise-se que os programas mais recorrentes na Tabela 2 condizem com aqueles que foram priorizados para a realização de fiscalizações ao longo de 2013, à exceção dos recursos do FUNDEB, cuja fiscalização não compete à Auditoria Interna do FNDE.

A Tabela 2 apresenta outro indicador para escolha o planejamento das ações da Auditoria Interna, qual seja, a prioridade na escolha dos programas que serão alvo de fiscalização. Os dados apresentados na tabela acima é uma tendência ano após ano, sendo os recursos destinados ao PNAE os maiores alvos de denúncia, e consequentemente os mais fiscalizados pela Auditoria Interna do FNDE.

2.7 FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM 2013 PELA AUDIT

A título de conhecimento do volume de recursos e entidades fiscalizados pela AUDIT, destaca-se a tabela seguinte, a qual apresenta as fiscalizações realizadas no exercício de 2013, separadas entre as inicialmente previstas no PAINT, e as Extra-PAINT.

Muitas das fiscalizações descritas na coluna “Extra-PAINT” são resultados das análises das denúncias recebidas e analisadas pela AUDIT em 2013, conforme descritas na Tabela 1. Observa-se a grande quantidade de fiscalizações realizadas na Região Nordeste, em especial no estado do Maranhão, o que corrobora o fato de se considerar essa região como prioritária para ações de controle.

TABELA 3				
Fiscalizações realizadas pela AUDIT em 2013				
	UF	Entidade	Nº de Programas/ Convênios	Valor Transferido (R\$)
PAINT	BA	Prefeitura Municipal de Ponto Novo	5	2.747.408,62
	BA	Secretaria de Educação	9	147.227.542,10
	CE	Prefeitura Municipal de Umirim	5	2.067.483,77
	CE	Secretaria de Educação	7	57.066.248,24
	DF	Secretaria de Educação	5	54.720.518,34
	GO	Secretaria de Educação	3	73.594.137,09
	GO	Universidade Estadual de Goiás	1	2.984.850,00
	MA	Prefeitura Municipal de São João do Sóter	7	3.540.761,38
	MT	Prefeitura Municipal de Cuiabá	9	21.945.446,70
	MT	Secretaria de Educação	4	54.105.083,44
	PB	Prefeitura Municipal de Alagoa Grande	7	1.655.620,90
	PB	Prefeitura Municipal de Natuba	5	978.025,46
	PB	Secretaria de Educação	2	60.149.185,86
	PE	Prefeitura Municipal de Afrânio	8	3.320.875,83
	RN	Prefeitura Municipal de Natal	13	18.258.056,51
	RN	Prefeitura Municipal de Porto do Mangue	5	785.411,76
	SC	Prefeitura Municipal de Florianópolis	6	5.757.515,94
	SC	Secretaria de Educação	6	90.945.132,94
	SP	Prefeitura Municipal de São Manuel	8	2.457.604,57
EXTRA-PAINT	CE	Prefeitura Municipal Mombaça	6	3.322.171,76
	MA	Prefeitura Municipal de Cantanhede	2	954.960,00
	MA	Prefeitura Municipal de São Luís	19	39.666.583,37
	MA	Prefeitura Municipal de Barreirinhas	5	4.516.807,20
	MA	Governo do Estado do Maranhão	2	41.388.524,90
	MA	Secretaria de Educação	2	69.794.191,20
	MA	Prefeitura Municipal de Cururupu	2	1.188.574,00
	MG	Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	1	669.670,97
	MT	Prefeitura Municipal de Várzea Grande	3	5.463.313,40
	PE	Prefeitura Municipal de Pombos	2	1.495.316,33
	SP	Prefeitura Municipal de Suzano	3	8.754.965,35
	TO	Secretaria de Educação	1	4.581.928,00
TOTAL			163	786.103.915,93

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Ainda de acordo com tabela acima, nota-se que o valor fiscalizado é baixo quando comparado ao montante repassado pelo FNDE aos entes da federação. Isso ocorre, em parte, devido ao baixo número de servidores responsáveis pela execução dos trabalhos de fiscalização *in loco*.

Em relação aos objetos de fiscalização no exercício de 2013, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que representou 28% dos programas fiscalizados em 2013, seguido pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), com 23%, e pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), com 13%. A Tabela 4 sintetiza o foco dos trabalhos realizados:

<u>TABELA 4</u>		
Programas e/ou Convênios fiscalizados em 2013		
PROGRAMAS/CONVÊNIOS FISCALIZADOS	FREQUÊNCIA	
	Absoluta	Relativa
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	45	28%
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	38	23%
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	22	13%
Programa Caminho da Escola	13	8%
PROINFÂNCIA	13	8%
Quadras Poliesportivas	11	7%
Reestruturação Física – Ensino Médio	3	2%
Educação Básica	3	2%
PROJOVEM Urbano	4	2%
Programa Brasil Alfabetizado (PBA)	2	1%
Outros	9	6%
Total	163	

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Após a realização de cada fiscalização *in loco* pela equipe de Auditoria do FNDE, é elaborado um Relatório de Auditoria, contendo constatações sobre as irregularidades encontradas durante o trabalho. Esse relatório, após a ciência do presidente da autarquia, é encaminhado à área técnica responsável pelo programa objeto da fiscalização, para que oriente o gestor do recurso quanto à correta aplicação dos recursos. A próxima tabela mostra as principais constatações apontadas pelos auditores do FNDE durante as fiscalizações realizadas em 2013:

TABELA 5		
Constatações mais frequentes em 2013		
CONSTATAÇÕES	TOTAL	%
Ausência de identificação do Programa ou Convênio na documentação comprobatória	53	7,98%
Ausência de registro que ateste o recebimento dos materiais adquiridos ou dos serviços prestados	41	6,17%
Realização de despesas incompatíveis com o objeto do Programa ou Convênio	26	3,92%
Ausência de aplicação dos recursos transferidos pelo FNDE no mercado financeiro	21	3,16%
Ausência de identificação da documentação comprobatória com o nome do FNDE	18	2,71%
Ausência de Termo de Doação em nome da Entidade Executora	16	2,41%
Ausência de documentação comprobatória da execução do Programa ou Convênio	15	2,26%
Condições inadequadas para armazenamento, guarda e conservação de gêneros alimentícios	14	2,11%
Descrição insuficiente dos produtos e/ou serviços na documentação comprobatória	14	2,11%
TOTAL	218	32,83%

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A constatação mais observada pela equipe responsável pelos trabalhos de fiscalização nos municípios é a falta de identificação do programa ou convênio da documentação comprobatória, conforme observado na tabela acima. Um exemplo dessa constatação ocorre quando na conferência de uma nota fiscal de compra de alimentos pelo auditor, numa fiscalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar, não consta na referida nota a observação de que os gêneros alimentícios foram pagos com recursos repassados pelo FNDE à conta do PNAE, o que configura irregularidade na execução do programa.

2.8 PREJUÍZO AO ERÁRIO FEDERAL

Caso o auditor responsável pela fiscalização verifique a ocorrência de prejuízo ao erário federal, o dano é quantificado, com a identificação dos responsáveis, com vistas à obtenção do devido ressarcimento. A tabela a seguir mostra os prejuízos financeiros apontados, por unidade da federação, nas entidades fiscalizadas em

2013:

TABELA 6					
Prejuízos apontados pelas fiscalizações em 2013					
UF	Valor Repassado (R\$)		Valor Fiscalizado (R\$)		Prejuízo Apontado (R\$)
BA	R\$	149.974.950,72	R\$	32.688.107,21	R\$ 4.421,27
CE	R\$	62.455.903,77	R\$	23.958.935,54	R\$ 1.078.424,78
DF	R\$	54.720.518,34	R\$	54.720.518,34	R\$ 2.264.594,42
GO	R\$	76.578.987,09	R\$	16.208.172,25	R\$ 1.942,40
MA	R\$	161.050.402,05	R\$	150.937.050,17	R\$ 11.960.375,96
MG	R\$	669.670,97	R\$	669.670,97	R\$ 243.827,78
MT	R\$	81.513.843,54	R\$	22.712.206,26	R\$ 5.553.950,36
PB	R\$	62.782.832,22	R\$	3.543.176,91	R\$ 195.633,42
PE	R\$	4.816.192,16	R\$	4.656.686,79	R\$ 490.251,29
RN	R\$	19.043.468,27	R\$	10.252.463,83	R\$ 193.021,25
SC	R\$	96.702.648,88	R\$	47.942.028,84	R\$ 1.080,00
SP	R\$	11.212.569,92	R\$	11.212.569,92	R\$ 1.094.673,13
TO	R\$	4.581.928,00	R\$	52.800,00	R\$ 1.873,01
Total	R\$	786.103.915,93	R\$	379.554.387,03	R\$ 23.084.069,07

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Observa-se que foi alvo de fiscalização em 2013 aproximadamente 48% dos recursos repassados pelo FNDE para execução dos programas, sendo apontado prejuízo em cerca de 6% do valor fiscalizado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convém destacar a importância dos dados apresentados neste artigo, no tocante ao registro e análise das denúncias quanto a aplicação irregular dos recursos repassados aos entes federados pelo FNDE. Esses dados, quando tratados corretamente contribuem para a elaboração de um bom planejamento das ações da Auditoria Interna para o exercício subsequente, priorizando as regiões mais críticas, quais sejam, aquelas com maior incidência de denúncias e menos fiscalizadas nos últimos anos, seja pela Auditoria Interna do FNDE, ou pelos demais órgãos de controle governamental. Outro fato importante decorrente da análise das denúncias é que verificado o caráter urgente da demanda, pode-se realizar ainda no exercício em curso as fiscalizações necessárias, com a finalidade de melhor

acompanhar a gestão dos recursos públicos envolvidos, o que certamente contribuirá para uma educação pública de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 986, de 21 de Novembro de 2003. Aprova a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 de novembro de 2003. Seção 1, p. 266.

Disponível em:

<http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2003/000986>.

Acesso em: 15 jun. 2014.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FNDE. Com Investimentos no Ensino Público de Qualidade, o FNDE inspira o Desenvolvimento do País. **Folder Institucional**.

Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/88-institucional?download=8402:folder-institucional>>

Acesso em: 15 jun. 2014.

FRANCO, Hilário e MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.